



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
Via N1 Leste s/n, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes – Zona Cívico-Administrativa
Brasília - Brasil – CEP: 70.150-908
Telefones: (55-61) 3411-4246/3411-4330
Fax: (55-61) 3326-8449

Anexo VIII

XXIV Reunião Especializada da Mulher do Mercosul Rio de Janeiro, Brasil, 1º e 2 de dezembro de 2010.

Informe do Brasil Período: junho a novembro de 2010

Brasília, dezembro de 2010.

XXIV Reunião Especializada da Mulher do MERCOSUL
Rio de Janeiro, Brasil, 1º e 2 de dezembro de 2010.

Informe do Brasil
Período: junho a novembro de 2010.

Apresentação

Em primeiro lugar, é com muito orgulho e alegria que abrimos este informe registrando a eleição da primeira mulher Presidenta do Brasil.

Dilma Rousseff, ex ministra de Minas e Energia, e ex-ministra-chefe da Casa Civil do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, elegeu-se como a Primeira Presidenta do Brasil no último dia 31 de outubro de 2010, em segundo turno, com uma diferença de 12 pontos percentuais. Dilma obteve 55.752.529 milhões de votos (56,05%), e seu adversário, José Serra, 43.711.388 (43,95%).

Já eleita, a Presidenta deixou clara sua vontade de enfrentar as desigualdades de gênero no País, ao abrir o seu primeiro discurso falando do tema da ocupação pelas mulheres dos espaços de poder e decisão e da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres:

“Já registro, portanto, aqui, meu primeiro compromisso após a eleição: honrar as mulheres brasileiras, para que este fato, até hoje inédito, se transforme num evento natural. E que ele possa se repetir e se ampliar nas empresas, nas instituições civis, nas entidades representativas de toda nossa sociedade. A igualdade de oportunidades para homens e mulheres é um princípio essencial da democracia. Gostaria muito que os pais e mães de meninas olhassem hoje nos olhos delas, e lhes dissessem: ‘Sim, a mulher pode!’”.

Outro importante compromisso da Presidenta eleita, assumido na campanha eleitoral, é a ampliação do número de mulheres no alto escalão do governo. Na primeira lista anunciada já constou a indicação de uma mulher para a equipe econômica: Miriam Belchior, Subchefe de Articulação e Monitoramento da Casa Civil e coordenadora do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), principal programa de infraestrutura do governo federal, será a nova Ministra do Planejamento.

Ao acessar o site <http://www.maismulheresnopoderbrasil.com.br/> podem ser obtidas a lista das mulheres eleitas e candidatas, bem como informações detalhadas dos resultados eleitorais.

Cabe registrar aqui a manifestação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher que, em reunião plenária realizada dias 17 e 18 de novembro, aprovou uma carta à Presidenta pela qual manifesta emoção e alegria pela sua eleição e afirma que esta eleição rompe “uma tradição secular de ausência das mulheres dos espaços decisórios da vida política do País”. E que “o simbolismo da sua vitória certamente

promoverá uma mudança sem precedentes nos valores e nas representações sobre a mulher no Brasil”.

A íntegra da carta do Conselho Nacional pode ser acessada no link:

<http://www.sepm.gov.br/noticias/documentos-1/Carta%20CNDM%20a%20Presidenta%20Dilma.pdf>

Ainda no período deste relatório, gostaríamos de assinalar a realização da XI Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe, que aconteceu em Brasília/DF, entre 13 e 16 de julho de 2010.

O tema central da Conferência foi “Que Estado? Para que Igualdade? e as participantes se dedicaram a examinar as conquistas e os desafios regionais em relação à igualdade de gênero, dando especial atenção à autonomia e ao empoderamento econômico das mulheres, com base na avaliação dos principais avanços e desafios no cumprimento dos compromissos assumidos na quarta Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing, 1995) e nas Conferências Regionais sobre a mulher.

A XI Conferência reuniu aproximadamente 800 mulheres, representantes dos 44 países membros e outros oito associados, e ao final aprovou o Consenso de Brasília. O objetivo do documento é servir como baliza para os governos de todos os países signatários e consiste em adotar os seguintes acordos para ação:

- i) conquistar maior autonomia econômica e igualdade na esfera do trabalho para a mulher;
- ii) fortalecer a cidadania das mulheres;
- iii) ampliar a participação das mulheres nos processos de tomada de decisões e nas esferas de poder;
- iv) enfrentar todas as formas de violência contra a mulher;
- v) facilitar o acesso das mulheres às novas tecnologias e promover meios de comunicação igualitários, democráticos e não discriminatórios;
- vi) promover a saúde integral e os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres;
- vii) realizar atividades de capacitação, intercâmbio e difusão que permitam a formulação de políticas baseadas nos dados do Observatório da igualdade de gênero da América Latina e do Caribe.

Por fim, destacamos a eleição do Brasil para a Junta Executiva da ONU-Mulheres, durante reunião do Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas, realizada em 10 de novembro de 2010, em Nova York. O mandato brasileiro será de dois anos junto ao novo organismo. Criada em julho de 2010, a ONU-Mulheres é resultado da consolidação dos órgãos das Nações Unidas dedicados à promoção da igualdade de gênero e ao fortalecimento da condição da mulher.

Durante o período do presente Informe, a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SPM/PR deu continuidade à implementação do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – II PNPM. Entre as ações desenvolvidas em diferentes frentes. Neste informe destacamos as seguintes:

1. Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão

Neste campo foi dada continuidade às ações previstas no capítulo 5 do II PNPM, com o fortalecimento da campanha permanente “Mais Mulheres no Poder: Eu assumo este compromisso”.

Neste ano a campanha teve seu trabalho voltado ao processo eleitoral, chamando a atenção para a subrepresentação das mulheres na política e para o cumprimento da chamada minirreforma eleitoral aprovada no segundo semestre de 2009. A minirreforma eleitoral criou e aperfeiçoou mecanismos de promoção da inclusão política das mulheres: exigência de obrigatoriedade do preenchimento de pelo menos 30% para candidaturas de cada sexo aos cargos proporcionais; garantia do incentivo à promoção da participação política feminina por meio do investimento pelos partidos de no mínimo de 5% do Fundo Partidário e de 10% da propaganda partidária que visem a esse fim.

Os partidos políticos, nestas eleições não cumpriram com a nova lei, mas foi importante a decisão tomada pelos ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de que os partidos e coligações serão obrigados a cumprir a exigência fixada por lei de registrar uma cota mínima de 30% de mulheres dentre os candidatos inscritos para a disputa das eleições proporcionais. Com isso, nas próximas eleições municipais, que acontecerão em 2012, os partidos não poderão argumentar que a nova lei foi aprovada muito próxima das eleições.

No período deste relatório, deu-se continuidade às reuniões do Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos. Criado em 2006, o Fórum conta com o apoio da SPM e é um espaço multipartidário, composto por representantes das Instâncias de Mulheres de 16 partidos políticos. O Fórum tem como objetivo discutir e elaborar estratégias para promover e fortalecer a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, incidindo desde o interior dos partidos, buscando a inclusão de questões de gênero nas agendas eleitorais e de mulheres nos quadros partidários e eleitorais.

O Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos também buscou expandir sua capacidade de ação por meio da criação de Fóruns Estaduais de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos. Nesse sentido, foram organizadas reuniões do Fórum Nacional com espaços multipartidários de mulheres em dez unidades da federação e no Distrito Federal e realizados Seminários “A Mulher e a Democracia”. Com isto, buscou-se fortalecer a candidatura de mulheres e sua atuação nos partidos políticos, bem como potencializar a atuação de mais mulheres nos espaços de poder nas diversas regiões do Brasil.

Outra atividade resultante do trabalho do Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos, juntamente com o CNDM e o apoio da SPM, foi a Plataforma “Mais Mulheres no Poder: eu assumo este compromisso – 2010”. Esse documento teve por objetivo contribuir para a construção de plataformas de candidatas/os com propostas pela igualdade de gênero, racial e étnica. Entre abril e junho de 2010 foram distribuídos mais de 200 mil exemplares da Plataforma para todos os partidos, parlamentares do Congresso Nacional, organizações da sociedade civil e organismos governamentais de políticas para as mulheres em todo o Brasil.

O Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos, com o apoio da Secretaria de Políticas para as Mulheres lançou o livro “Mais Mulheres no Poder:

contribuição à participação política das mulheres”. Esse livro teve como principal objetivo servir de subsídio para a formação política de mulheres de partidos políticos, constituindo-se como material didático para que os partidos políticos capacitem as mulheres filiadas e demais interessadas em temas como gênero, participação política, sistemas político e eleitoral e legislação eleitoral.

A partir desse material foi desenvolvido o curso “Mulher e Participação Política”, na modalidade de ensino à distância, composto de 4 módulos. O objetivo do curso é propiciar às mulheres subsídios teóricos sobre o feminismo e subsídios políticos, jurídicos e estratégicos que possibilitem às mulheres participar nos partidos políticos, nos processos eleitorais e na vida política brasileira, com mais conhecimentos e maior condição de disputar os espaços de poder e decisão. Parte dessas ações foi desenvolvida com o apoio do PNUD, por meio do Projeto BRA/09/002 - Promoção da participação igualitária, pluralística e multirracial das mulheres nos espaços de decisão.

Em consonância com a prioridade de promover a participação política das mulheres nos espaços de poder e decisão, o Observatório Brasil da Igualdade de Gênero instituiu o Grupo de Trabalho “Legislação e Legislativo” que acompanha e monitora projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional e a implementação de leis em vigor junto ao Judiciário e ao Executivo que sejam relacionadas à temática prioritária do Observatório.

Também cabe destacar que a SPM lançou edital, com recursos da ordem de 1 milhão de reais, para apoiar pesquisa sobre a participação das mulheres no processo eleitoral de 2010. O Consórcio Bertha Lutz, vencedor do edital, desenvolverá a pesquisa em três eixos: comportamento e tendências do eleitorado; análise qualitativa sobre as candidaturas, seus programas e plataformas políticas; e monitoramento da cobertura das eleições pela mídia. Um primeiro olhar sobre o material coletado será apresentado no Seminário Mulher e Mídia que acontece de 2 a 4 de dezembro de 2010.

2. Educação e Ciência

No campo da educação e ciência a SPM está implementando os compromissos assumidos no II PNPM. Neste informe destacamos a continuidade de dois grandes programas, um relacionado mais diretamente à educação e outro voltado, em especial, para a ciência. São eles o Programa Gênero e Diversidade na Escola e o Programa Mulher e Ciência, respectivamente.

Programa Gênero e Diversidade na Escola (GDE)

O primeiro deles, o Programa Gênero e Diversidade na Escola (GDE), foi lançado em 2005, como resultado de uma parceria da Secretaria de Políticas para a Mulher com várias instituições (MEC, SEPPIR, CLAM/UERJ e Conselho Britânico), com o objetivo de propiciar a formação continuada de professoras(es) da Educação Básica nas temáticas de gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais.

O curso tem o formato semipresencial, estruturado em cinco módulos, com a carga horária total de 200h. Essas temáticas de formação continuada em gênero, relações étnico-raciais e de orientação sexual já fazem parte do Sistema Nacional de

Formação de Professores, resultado fundamental do trabalho transversal e intersetorial da Secretaria de Políticas para as Mulheres e seus parceiros.

A partir de 2008, o curso passou a ser ofertado, duas vezes por ano, por meio do Sistema da Universidade Aberta do Brasil, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/Ministério da Educação), em parceria com as universidades públicas federais e estaduais e com a Rede de Educação Tecnológica, existentes em vários Estados e regiões do País.

O GDE é, atualmente, no âmbito da Rede de Formação para a Diversidade da Secretaria de Formação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC), em parceria com UAB/CAPES, o programa de formação continuada com a maior oferta para os(as) professores(as) da Educação Básica, com aproximadamente 30 mil vagas.

Programa Mulher e Ciência

Criado em 2005, o Programa Mulher e Ciência, constitui-se em uma parceria entre a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), o Ministério da Educação (MEC), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM).

São quatro os eixos que formam a base do Programa em questão: o Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, realizado anualmente; o Edital de apoio a pesquisas no campo dos estudos de gênero, mulheres e feminismos, com periodicidade bienal; o Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa – Pensando Gênero e Ciências, realizado a cada três anos; e o apoio à criação e fortalecimento dos núcleos de gênero nas universidades, efetivado por meio de edital público lançado anualmente.

Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero

Em 2010, foi realizada a 6ª edição do Prêmio “Construindo a Igualdade de Gênero”. Um concurso de redações para estudantes do ensino médio, de artigos científicos para os estudantes do Ensino Superior e de projetos pedagógicos para as escolas, instituído com o objetivo de estimular a produção científica e a reflexão sobre as relações de gênero e promover participação das mulheres no campo das ciências e das carreiras acadêmicas.

Nesta 6ª edição candidataram-se ao Prêmio 4.571 trabalhos: 3.951 redações do Ensino Médio, 197 artigos de estudantes de graduação, 267 artigos de graduados, especialistas e estudantes de Mestrado, 145 artigos de Mestres e estudantes de doutorado e 11 projetos na categoria Escola Promotora da Igualdade de Gênero. Em todas as suas seis edições, este Prêmio recebeu 15.726 inscrições.

Dias 24 e 25 de novembro as Comissões Jugadoras do Prêmio se reuniram e definiram as/os ganhadoras/es desta 6ª edição. Em dezembro acontecerá a cerimônia de premiação, com a entrega às/aos ganhadoras/es de todas as categorias de prêmios em dinheiro, laptops, computadores, impressoras

multifuncionais e assinaturas de revistas do campo. Os artigos e redações premiadas terão seus trabalhos publicados em livro, como acontece a cada edição.

Edital de apoio a pesquisas

Neste ano de 2010, dando continuidade às ações definidas no II PNPM e no Programa Mulher e Ciência, foi lançado o terceiro Edital de Apoio a Pesquisas no campo de estudos das Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos, com recursos da ordem de sete milhões de reais para serem aplicados em projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem a ampliar estudos neste campo.

As pesquisas aprovadas serão financiadas com recursos da SPM, Ministério da Ciência e Tecnologia e Ministério do Desenvolvimento Agrário. Um dos objetivos é contemplar centros emergentes, pesquisadores em início de carreira, a distribuição regional de recursos e a intersecção com as seguintes abordagens: classe social, geração, raça, etnia e sexualidade. Para contemplar a heterogeneidade do desenvolvimento brasileiro no campo científico há uma parcela de 30% dos recursos destinados a projetos coordenados por pesquisadores/as vinculados/as a instituições sediadas nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste. Uma porcentagem de 14% dos recursos será reservada a projetos que contemplem as relações de gênero, mulheres e feminismos em suas interseccionalidades com as temáticas da ruralidade, da reforma agrária, da agricultura familiar, mulheres do campo e da floresta vivendo em áreas prioritárias de políticas públicas, como os territórios da cidadania.

O Edital 20/2010, que ficou aberto do dia 18 de agosto ao dia 18 de novembro para o recebimento de propostas, recebeu 303 inscrições. Dias 25 e 26 de novembro a Comissão Julgadora do edital, integrada por pesquisadoras e pesquisadores reconhecidos no campo, se reuniu no CNPq e recomendou na Categoria I - até 50 mil reais, 120 projetos do total de 171, no valor aproximado de 4,6 milhões de reais. Na Categoria II - até 25 mil reais, foram recomendados 88 propostas de 131 no valor de cerca de 1,9 milhão.

3. Trabalho e Economia

No campo do trabalho temos a destacar no período deste informe a realização da terceira edição do Programa Pró-Equidade de Gênero – período 2009-2010.

Criado em 2005, o Programa Pró-Equidade de Gênero é uma iniciativa do Governo Federal, que, por meio da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM) e do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, reafirma os compromissos de promoção da igualdade entre mulheres e homens inscritos na Constituição Federal de 1988. O Programa conta, também, com a parceria do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O Selo Pró-Equidade de Gênero é o reconhecimento do esforço feito pelas organizações premiadas na implementação em seu cotidiano de práticas de equidade, constituindo-se num instrumento que evidencia publicamente o compromisso da empresa ou organização com a equidade de gênero na promoção da cidadania e difusão de práticas exemplares, no mundo do trabalho.

A 2ª Oficina dessa terceira Edição realizou-se dia 25 de novembro. A programação constou da apresentação de trabalhos acadêmicos sobre gênero e trabalho; de vídeos institucionais; dos princípios do Empoderamento da Mulher - Pacto Global e dos assuntos debatidos nos grupos de trabalho. Realizou-se ainda o painel “Trabalho, família, vida pessoal e violência doméstica” e uma palestra sobre equidade de gênero e raça e o direito trabalhista.

Nesta 3ª edição, 88 Organizações Públicas e Privadas aderiram ao Programa Pró-Equidade de Gênero, destas 58 receberam o Selo Pró-Equidade de Gênero, no dia 8 de dezembro, em Brasília, com a presença de todas as organizações premiadas.

Informações mais detalhadas sobre todas as edições do Programa Pró-Equidade de Gênero podem ser obtidas no site do programa: www.proequidadedegenero.net.br

Outra ação importante desenvolvida no período desse informe foi a participação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) na II Conferência Ministerial de Responsáveis pela Igualdade de Gênero da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e na elaboração do Plano Estratégico sobre a Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres que foi aprovado pelos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, na 8ª Conferência dos Países de Língua Portuguesa, realizada em 23 de julho em Luanda, Angola.

O documento tem por objetivo promover a implementação de projetos de cooperação específicos que visam reforçar a condição social da mulher, em reconhecimento do seu papel imprescindível para o bem estar e desenvolvimento da sociedade. Pretende também criar um quadro sistemático de intervenção transversal e setorial na área da igualdade e equidade de gênero, passando pelo fomento da educação, da capacitação das mulheres e reconhecimento do trabalho das mulheres nos setores formal e informal da economia.

4. Enfrentamento à Violência Contra a Mulher

No período deste Informe, o Governo brasileiro tem dado continuidade à implementação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher.

Lançado em agosto de 2007 pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como parte da Agenda Social do Governo Federal, o Pacto consiste num acordo federativo entre o Governo federal, os governos dos Estados e dos municípios brasileiros para o planejamento de ações que visem à consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres por meio da implementação de políticas públicas integradas em todo território nacional.

A proposta do Pacto é organizar as ações pelo enfrentamento à violência contra mulheres, com base em quatro eixos/áreas estruturantes (Implementação da Lei Maria da Penha e Fortalecimento dos Serviços Especializados de Atendimento; Proteção dos Direitos Sexuais e Reprodutivos e Implementação do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da aids; Combate à Exploração Sexual e ao Tráfico de Mulheres; Promoção dos Direitos Humanos das Mulheres em Situação de Prisão); alinhando aspectos técnicos, políticos, culturais, sociais e conceituais a cerca do tema, orientando procedimentos, construindo protocolos, normas e fluxos

que institucionalizem e que garantam legitimidade aos serviços prestados e às políticas implementadas.

Já são bastante positivos os resultados. Com a implementação do Pacto, foram criados 14 organismos estaduais de políticas para as mulheres; todos os 27 Estados da federação elaboraram o Projeto Integral Básico, que contém uma leitura dos índices de violência contra a mulher, elenca as principais dificuldades e, com base nelas, o planejamento das metas e desafios de implementação do Pacto para o período de quatro anos, prevendo a execução de ao menos uma ação em cada eixo); 24 Estados assinaram o Acordo de Cooperação Federativa; 22 Câmaras Técnicas Estaduais foram instituídas. As Câmaras Técnicas reúnem-se a cada bimestre e têm-se consolidado como espaço de gestão das ações do Pacto nos Estados e nos municípios-pólo.

Por ocasião do quarto aniversário da Lei Maria da Penha, no dia 07 de agosto de 2010, a SPM realizou solenidade de entrega do Prêmio “Boas Práticas na Aplicação, Divulgação ou Implementação da Lei Maria da Penha”, que recebeu 181 indicações de trabalhos que se destacaram no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. O objetivo do prêmio, criado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres em 2009, é incentivar as boas experiências que merecem destaque no enfrentamento à violência de gênero por meio da Lei Maria da Penha. A premiação será concedida anualmente às pessoas físicas ou jurídicas, indicadas por terceiros e escolhidas por um comitê designado pela SPM.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) desenvolveu campanha publicitária nacional, com o objetivo de promover a aplicabilidade dessa Lei, tanto por parte dos órgãos Judiciários, como pela sociedade civil. Através dos diversos meios de comunicação, como vídeos para TV, spot para rádio, banner para sites e cartazes. A campanha procura dar relevância ao slogan “Basta. Violência contra mulher não tem desculpa, tem lei”.

Vale destacar, nos meses deste Informe, que a Ouvidoria da Secretaria de Políticas para as Mulheres recebeu mais de 235 demandas. Destas, metade foram denúncias (o que inclui cárcere privado, tráfico de pessoas, violência doméstica, ameaça, lesão corporal, assédio, discriminação etc.). Nesses casos o tratamento dado pela Ouvidoria incluiu orientação direta à vítima, encaminhamento aos Serviços da Rede de Atendimento à Mulher ou encaminhamento aos órgãos competentes (delegacias, procuradorias etc.). As solicitações, que correspondem à 23,3% do total de demandas recebidas, caracterizam-se, em geral, por pedidos de material de apoio, dados e outras. O subgrupo “Outros” (1,7%) inclui elogios e convites (para eventos, seminários etc.) e sugestões.

Atualmente, existem 881 serviços especializados de atendimento à mulher no Brasil – 464 Delegacias e Núcleos ou Postos Especializados de Atendimento à Mulher, 165 Centros Especializados de Atendimento à Mulher, 72 Casas-Abrigo, 58 Defensorias Especializadas, 21 Promotorias Especializadas e 12 serviços de responsabilização e educação do agressor. No âmbito do Judiciário foram criados – após a promulgação da Lei Maria da Penha – 89 juizados especializados ou Varas adaptadas de violência doméstica e familiar. É importante notar que, além da criação, muitos recursos tem sido investidos para o reaparelhamento e a reforma

das Delegacias Especializadas, de Centros de Referência de Atendimento à Mulher e de Casas-Abrigo.

A Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) lançou uma edição atualizada da Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs). A publicação tem o objetivo de propor, em conformidade com a Lei Maria da Penha, a uniformização das estruturas e procedimentos das unidades policiais que registram crimes cometidos contra a mulher.

A Norma foi elaborada pela SPM em parceria com o Ministério da Justiça (MJ), através da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), Secretarias Estaduais de Segurança, Polícias Civis e movimentos sociais. Dez mil exemplares estão a disposição nas DEAMs, Centros de Referência da Mulher e Juizados de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar.

O documento traz informações e diretrizes, tais como ações que deverão ser observadas pelas DEAMs: a formação dos profissionais que atuam na área, divulgação dos princípios de atendimento e acolhimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, com ênfase nas novas atribuições em conformidade com a Lei Maria da Penha, bem como os procedimentos penais e medidas protetivas.

Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180

Devemos destacar ainda, no período deste infome, que a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 -, da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), ganhou dois prêmios nacionais nos últimos dois meses. Um deles foi na categoria “Serviço de Atendimento ao Público (SAP)”, com o “case” ‘Velocidade e Resultados Surpreendentes na Central que Combate a Violência Contra a Mulher Brasileira’.

O serviço da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 foi ampliado ao final de 2009, passando de 20 para 50 pontos de atendimento, o que proporcionou a redução no tempo de espera de 20 para 6 segundos.

O outro prêmio nacional ao Ligue 180 foi atribuído na categoria “Serviço de Atendimento Comunitário/Cidadania”, em reconhecimento ao importante serviço de utilidade pública prestado à sociedade. Esta premiação é anual e contempla as melhores práticas de atendimento e excelência no relacionamento com o cliente.

Um estudo realizado, com o apoio da SPM, acerca do impacto da Lei 11.340/06 no atendimento da Central de Atendimento à Mulher, mostra que antes de sua sanção eram registrados, em média, 3.356 atendimentos por mês. A partir de agosto de 2006, data de sanção da Lei, a média de atendimentos mensais passou para 6.600, revelando um aumento de 96% na procura pelo serviço.

No que se refere à promoção dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, foi contratada consultoria para realizar levantamento bibliográfico sobre estudos no âmbito nacional e internacional relacionados à aceitabilidade do preservativo feminino em diferentes segmentos de mulheres, bem como sobre a utilização do insumo com política de prevenção da aids e de planejamento familiar. O relatório, a

ser divulgado em dezembro de 2010, tem por objetivo subsidiar a política de distribuição do preservativo feminino no Brasil.

Já em relação ao enfrentamento do tráfico de mulheres, foram realizadas missões em países de destino das mulheres em situação de tráfico de pessoas - Espanha, Portugal, Suíça, Holanda. Essas missões tiveram por objetivo estabelecer diálogos com as comunidades brasileiras; articular cooperações bilaterais com os governos para a promoção de atenção integral às mulheres em situação de violência; e garantir a capacitação dos agentes consulares brasileiros.

Destaca-se como resultado das missões, a elaboração da cartilha denominada “Guia de retorno ao Brasil”, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Justiça, contendo informações sobre Rede de Atendimento e os programas de inclusão social brasileiros a ser entregue pelos serviços consulares brasileiros e pelas autoridades migratórias dos países parceiros às pessoas que retornam ao Brasil, seja voluntariamente ou deportadas. Acrescentam-se ainda os diversos cursos de capacitação de agentes consulares e funcionários das Embaixadas e Consulados do Brasil nos principais países de destinos em temas como: violência de gênero, atendimento às mulheres, tráfico de mulheres, direitos humanos das mulheres, dentre outros.

Também no período deste informe, foram instituídas por meio da Portaria nº 85 de 10 de agosto de 2010, as Diretrizes de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, que foram referendadas pelo Fórum Nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta.

O mais recente evento comemorativo, o Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher, 25 de novembro, foi promovido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), em parceria com a Secretaria de Promoção da Igualdade do Estado da Bahia, com uma programação cultural na Concha Acústica, em Salvador, Bahia. A SPM lançou uma publicação intitulada “*Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*” que traz os principais conceitos e resultados alcançados por essa importante iniciativa, em âmbito nacional, nos últimos 3 anos.

5. Saúde

Em outubro, o Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais do Governo Federal lançou o documento “Estratégias de redução de risco de transmissão sexual do HIV no planejamento da reprodução para pessoas que vivem e convivem com HIV ou Aids”. A intenção da publicação é orientar profissionais de saúde sobre como abordar o assunto com casais soroconcordantes (quando ambos têm HIV), ou sorodiscordantes (quando apenas um é portador do vírus) que desejam engravidar.

A SPM e o UNFPA promoveram uma oficina de trabalho sobre a “Plataforma da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento”. Como resultado das discussões e debates gerados na Oficina, a SPM publicou o livro “Rumos para Cairo + 20: compromissos do Governo brasileiro com a Plataforma da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento”. Esse livro reúne artigos produzidos a partir das discussões geradas na Oficina e tem como fim alimentar o debate e a busca por decisões acerca do tema. Seu lançamento foi no Seminário

sobre Anencefalia promovido pelo Grupo de Estudos sobre Aborto do qual a SPM é parte integrante.

A SPM também integra o Grupo de Estudos sobre Aborto (GEA), que vem promovendo o debate sobre a descriminalização do aborto no país, tomando-o como problema de Saúde Pública. Nesse sentido, a SPM apoiou a realização do Seminário sobre Anencefalia e do Fórum Médico-Jurídico sobre Anencefalia, organizados pelo GEA, os quais visaram a ampliar e divulgar o debate sobre interrupção da gravidez de fetos com anencefalia sob o ponto de vista médico e jurídico. Com a realização dessas atividades, o GEA amplia a discussão sobre a anencefalia junto a esses dois segmentos que trabalham diretamente com o tema, seja no atendimento às mulheres grávidas, seja na concessão de liminares para a interrupção da gravidez quando as mulheres assim o desejam. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental que visa a autorizar a interrupção voluntária da gravidez para fetos anencéfalos continua no Supremo Tribunal Federal e sem previsão de data para seu julgamento.

Outra participação importante da SPM é na Comissão Nacional de Monitoramento e Avaliação da Implementação do Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal. Esse Pacto visa melhorar a qualidade de vida de mulheres e crianças, por meio do combate à mortalidade materna e neonatal no Brasil. Integrada por representantes do Governo federal e da sociedade civil, a Comissão busca avaliar e monitorar a implementação do Pacto pelos gestores, bem como propor estratégias e diretrizes para sua aplicação.

Em parceria com o Ministério da Saúde, a SPM organizou a brochura “Mais proteção às mulheres: novas conquistas e melhores serviços para garantir a mulheres e homens, adultos e adolescentes, seus direitos sexuais e direitos reprodutivos”, que foi distribuída durante a 14^a. Reunião Plenária da Comissão Nacional de Monitoramento e Avaliação do Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal. A publicação relaciona as políticas públicas lançadas no período 2003 –2009 pelo Governo Brasileiro relativas aos direitos sexuais e direitos reprodutivos.

A Secretaria também participa da Comissão Intersetorial de Saúde da Mulher (CISMU) que tem como um dos seus principais objetivos subsidiar o Conselho Nacional de Saúde na avaliação das condições de saúde da mulher, e nas questões específicas da saúde das mulheres em sua interface com as demais políticas de saúde.

Outra representação da SPM, como convidada, é no Grupo da Terra, instituído pelo Ministério da Saúde em 2005 e que objetiva construir estratégias para a implementação da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta.

A SPM participou do Encontro Nacional de Parteiras, realizado em Brasília, do qual resultaram alguns compromissos que envolvem a SPM, como a formação da Rede Nacional de Apoio às Parteiras.

Internacionalmente, a SPM participou de dois eventos, ambos na Colômbia. O primeiro deles foi “Oficina Gênero, populações vulneráveis e desastres na América

Latina e Caribe”, que se realizou em Medellín, como preparatória ao IV Congresso que se realizará em 2011 sobre o tema. Na ocasião foram tiradas recomendações relacionadas com articulação, gestão de informações, capacitação, monitoramento e avaliação, e recomendações para o IV Congresso. O segundo foi o “I Encontro Nacional de Boas Práticas na Promoção dos Direitos Sexuais e Reprodutivos”, em Bogotá, organizado pelo Ministério da Educação da Colômbia, no qual foi apresentada a experiência brasileira com o Programa de Gênero e Diversidade na Escola, coordenado pela SPM.

Por iniciativa da SPM e da Associação Nacional de Pós Graduandos, as mães que fazem pós-graduação tem o direito à licença maternidade de até quatro meses, com a extensão do pagamento das bolsas por esse período, desde que o parto ocorra durante o período de vigência do benefício. A primeira decisão nesse sentido foi do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em 2006. Inicialmente esse período era de 3 meses e foi ampliado mais recentemente para 4 meses.

No dia 12 de novembro último a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), publicou a Portaria 220, estendendo o direito à licença maternidade para as bolsistas de sua instituição, que antes não estavam contempladas. O benefício é válido para todas as modalidades de bolsas.

A concessão da licença maternidade às bolsistas atende a uma reivindicação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) desde seu 1º Encontro Pensando Gênero e Ciência, em 2006, quando as participantes aprovaram a recomendação de que a licença maternidade fosse estendida às bolsistas do sistema CAPES/MEC e CNPq/MCT.